



INTERNET NO BRASIL E REIFICAÇÃO DO ESTADO: a construção da Política Pública¹

Claudia Maria da Costa Archer²

Resumo: Procuramos, neste artigo, problematizar o Governo Eletrônico – e-GOV e sua reificação através da internet e seu Marco Cível, visto como a regulamentação desse espaço, através de Políticas Públicas para esse Setor tecnológico. Explanaremos brevemente sobre a importância da Tecnologia da Informação e Comunicação nos dias atuais e sua utilização no trabalho, e as mudanças decorridas da sua utilização.

Palavras-chaves: Tecnologias da Informação e da Telecomunicação, Internet, Governo Eletrônico, Marco Cível da Internet.

Abstract: We seek, in this article, discuss the Electronic Government - e-GOV and its reification over the internet and its Civil Marco, seen as the regulation of this space, through Public Policies for this technological sector. Explanaremos briefly about the importance of Information Technology and Communication nowadays and their use in the workplace, and changes elapsed from its use.

Keys words: Information Technology and Telecommunication, Internet, E-Government, Internet Civil Mete.

¹ Este artigo é licenciado pela Free Documentation Licence - FDL, maiores informações encontram-se no sítio: www.fsf.org

² Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). claudiarcher@gmail.com



1. INTRODUÇÃO:

Atualmente, as Tecnologias da Informação e da Comunicação - TICs³ fazem parte da vida cotidiana. Convivemos com elas há mais de quatro décadas observando a evolução das mesmas, particularmente no Estado brasileiro. A burocracia se insere no ciberespaço⁴, pois desde o final dos anos 80 os processos burocráticos e administrativos do Estado começaram a ser automatizados, a internet é o suporte material para isso, é o “espaço produzido”(LEFEBVRE, 1991). Além do processo de automatização existe o fenômeno da adaptação da personificação estatal a essas novas tecnologias.

As destinadas às TICs podem ser divididas em políticas de softwares, de interoperabilidade, de propriedade intelectual, e de internet, mas o que necessitamos são de Políticas Públicas que abranjam o Governo Eletrônico – e-Gov – de forma mais holística, pois observa-se que no Estado existem diversas iniciativas em diferentes instituições ou órgãos do Governo que poderiam ser otimizadas em uma política de governo consistente para esse setor tecnológico.

2. A INTERNET COMO ESPAÇO.

Na nossa sociedade capitalista, as TICs se apresentam como um dos meios para que a ideia da “globalização” seja um fenômeno vivido pela nossa época, através de redes como a internet, e-mail's, etc. As mudanças tecnológicas das últimas décadas, transformaram as relações sociais, e a grande mudança foi no trabalho, e é através do trabalho que se apresenta “o ser social” (LUKÁCS, 1976), como consequência temos hoje as transformações dos meios de produção, que utilizam, em quase todos os setores, senão, em todos, a TIC.

Já em 1968, criadores da ARPANET (antecessora da Internet), Licklider e Taylor, já previam a formação de comunidades que consistiriam não só de pessoas separadas geograficamente, mas organizadas por interesses comuns e não por localidade. Desde o princípio, o ciberespaço estava predestinado a constituir comunidades virtuais, ou melhor, NMS, que, diferentemente dos movimentos sociais do século XX, se agrupam não apenas pela organização do trabalho, mas por interesses diversos, como: meio-ambiente, feminismo, Fórum Social Mundial, regulamentação da internet e muitos outros.

Além das articulações realizadas no ciberespaço, surge a cada dia novas

³ CASTELLS, 1999; LÉVY, SILVEIRA, 2005; LASTRES, CASSIOLATO e ARROIO, 2005; CHESNAIS, 2007; BARBROOK, 2007; GOWAN, 2003.

⁴ O ciberespaço (...“rede”) é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que
Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão
CEP: 65 085 - 580, São Luís, Maranhão, Brasil
Fone(98) 3272-8666- 3272-8668



facilidades de comunicação: e-mails, chats, twitter, orkut, listas de discussões, que criam novas formas de socialização de conhecimento, de mobilização e de troca. Essas formas de comunicação foram apropriadas por diversos Movimentos Sociais, como por exemplo no MST (Movimento dos Sem Terra).

Essa reestruturação produtiva é o que Antunes (1997, p.61) descreveu como “o grande salto tecnológico”. A automação e a robótica invadiram o universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção de capital”, isso causando um aumento da terceirização e da precarização do trabalho, uma vez que modifica as relações de produção com a natureza e destrói a função do trabalho como integrador da sociedade.

Uma “nova questão social” (CASTEL, 1998, p.495) aparece e está diretamente relacionada com as “novas formas de acumulação do capital” e “de inserção das TICs”, as quais se manifestam através da precarização do trabalho de forma diferenciada nos países centrais e periféricos. Para Amin (apud CHESNAIS, 1996, p.39), “a expansão do capitalista baseou-se na integração simultânea” dentro dos Estados nações, “regulamentados” de três mercados: “o das mercadorias, o do capital e tecnologia e o do trabalho”. Chesnais (1996, p.40) completa: ao dizer que o sistema mundial *“começa a ser integrado quanto às mercadorias; (...) tende igualmente a se integrar no que diz respeito às tecnologias e às novas técnicas financeiras (...). Mas não está integrado quanto ao trabalho”*, pois esta não serve aos interesses do capital. Cria-se, assim, a diferenciação e a hierarquização entre os países centrais e periféricos e a homogeneização advinda da “globalização”.

A tecnologia de um lado facilita o controle, o monitoramento e a regulação, potencializando a gestão da produção, a financeirização⁵ e a acumulação do capital. Por outro lado, possibilita que um movimento social se organize mundialmente ao se apropriarem da tecnologia, usando-as para promover igualdades, possibilitar enfrentamentos, construir novas formas de organização dos sujeitos em sintonia com as práticas sociais da cibercultura⁶ no ciberespaço, produzindo novas arenas políticas, novos espaços são produzidos.

As mudanças tecnológicas, da forma como estão acontecendo com as mídias

ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LEVY, 1999, p.17)

⁵ CHESNAIS, 1996, 2003, 2006, 2007; GOWAN, 2003.

⁶ Quanto ao neologismo "cibercultura", especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço". (LEVY, 1999, p.17).



digitais convergindo, isto é, telecomunicação, informática e TV digital, realizam transformações no ser social, o que leva à fetichização das relações. Assim, a reificação das relações no ciberespaço acontecem na economia e manifesta-se através de maior e diversificadas formas de exploração; no social, a manifestação se dá pela humilhação do cidadão que não está preparado para a coisificação da relação, realizada através de máquinas e centrais de atendimento e, por fim, na política, a dominação, através de um Estado regulador. Essas dinâmicas no ciberespaço como criam uma nova arena política construída na pós-modernidade, portanto intimamente relacionada com a “nova questão social”.

Ao verificarmos esse novo espaço de dominação constatamos a diferenciação da sua manifestação através da mensuração do número de usuários de internet em relação ao número de habitantes nos países centrais e nos países periféricos, ou melhor, a penetrabilidade da internet no país. Os dados da Internet World Stat (2012), relativos ao ano de 2011 sobre a penetrabilidade da internet no mundo, mostram que a América do Norte possui 78,6%, seguido pela Oceania e Austrália com 67,5%, Europa com 61,3%, América Latina e Caribe com 39,5%, Ásia com 26,2%, África com 13,5%, totalizando 32,7% de penetrabilidade mundial. Verifica-se na pesquisa que nos países centrais a penetrabilidade da internet alcança mais de 60% da população. Já nos países periféricos, a internet não alcança 40% da população, o que aumenta o abismo entre centrais e periféricos exponencialmente.

Outro problema é que o prefixo “ciber”⁷ remete-nos a um novo determinismo tecnológico, a um universo de máquinas, programas, códigos e quando paramos para observá-lo, vemos que esse universo virtual é o “presente” e não precisamos esperar o futuro.

Têm autores que defendem a tese da 3ª Revolução Tecnológica, que recebe outras denominações, a saber: “Revolução das Novas Tecnologias de Informação”, “Revolução Digital”, “Revolução da Informação”, “Era do Acesso”, entre outras. Segundo Lojkin (2002, p.11), o grande problema e singularidade da “revolução informacional” em relação às anteriores é que em princípio ela é uma revolução tecnológica de conjunto, que se segue à revolução industrial em vias de terminar.

Hoje, não podemos imaginar as atividades estatais como arrecadação, previdência, saúde, educação, assistência social, sem as TICs como base da organização e

⁷ Lemos e Cunha, 2003.



do controle desses processos. Toda a sociedade está usando muito mais as TICs no seu cotidiano. Assim, “por se tratar de tecnologias da inteligência, sua disseminação indica impactos bem maiores do que a eletrificação ou o uso das novas energias no último quarto do século XIX. Os elementos empíricos indicam que um novo paradigma está se estruturando” (SILVEIRA&CASSINO, 2003, p.7-8). Destaca-se, nessa reestruturação, “uma relação umbilical entre os processos de reforma do Estado e do desenho de políticas de e-Gov. E pouco adianta implementar tecnologia em processos que não foram previamente reestruturados” (Ferrer, 2005, p.38).

É a cibercultura, se fazendo presente em todas as esferas da sociedade. Ela é a cultura contemporânea marcada pelas tecnologias digitais; já vivemos na cibercultura. Ela não é o futuro que vai chegar mas o nosso presente (home banking, cartões inteligentes, celulares, palms, pages, voto eletrônico, imposto de renda via rede, entre outros), trata-se de escapar de um determinismo técnico ou de um determinismo social. A cibercultura representa a cultura contemporânea sendo consequência direta da evolução da cultura técnica moderna. (Lemos e Cunha, 2003). Assim:

Um mundo virtual, no sentido amplo, é um universo de possíveis, calculáveis a partir de um modelo digital. Ao interagir com o mundo virtual, os usuários o exploram e o atualizam simultaneamente. Quando as interações podem enriquecer ou modificar o modelo, o mundo virtual torna-se um vetor de inteligência e criação coletivas. (LEVY, 1999, p.75)

A internet traz a questão da desterritorialização consigo, pois ela abrange o mundo de forma igualitária, quebrando fronteiras territoriais, o que é postamos⁸ nela não é um conteúdo que ficará apenas aqui no Maranhão, ele poderá ser acessado por qualquer pessoa que tenha conhecimento para isso. Observemos as novas formas de sociabilidade que foram criadas com o surgimento da internet, a saber: e-mail, chats on-line, redes sociais, como o facebook. Assim podemos personificar a mundialização através das possibilidades que foram “abertas com essas novas tecnologias que quebram as fronteiras territoriais dos Estados através das redes de telecomunicações e computadores, a internet” (ARCHER, 2008). Se analisarmos o capitalismo e sua fase econômica vemos que são construídos artifícios para superação das crises inerentes a ele, e a inserção das novas tecnologias da informação e da comunicação, representadas aqui pela internet, aumentam a capacidade teológica de acumulação do Capital, para a sociedade capitalista.

Vê-se portanto que a internet é um novo espaço de luta para as questões sociais, pois ela é um espaço criado a partir da inserção das novas tecnologias de informação e

⁸ Conteúdo disponibilizado na internet é postar



comunicação, que nasceram para satisfazer as necessidades do capital de aprimorar a sua acumulação, de desterritorializar os espaços já construíveis e tornar a mundialização mais eficaz. Sabe-se que o Capital procura meios de internacionalizar-se e a criação desse espaço virtual é um dos modos mais poderosos de alcance mundial, pois atualmente a internet pode chegar aonde alcançam os satélites.

Atualmente o planeta possui cerca de 7 bilhões de pessoas, porém dessas apenas cerca de 2,4 bilhões⁹ acessam a internet, ou seja pouco mais que um terço do mundo. Vemos como a internet é segregadora, como só possui acesso alguns privilegiados, e são esses privilegiados que estarão moldando a internet, suas regulamentações e seu modo de interação e inserção. Observa-se que os continentes centrais (América Central e Europa) produzem o maior acesso da internet, portanto eles ditam como esse espaço, a internet, deve pensar.

Assim surge esse espaço, ou como muitos chamam, o ciberespaço que muitas definições e questões estão agregadas a esta criação da pós-modernidade que nasce para dominar e torna-se algo maior que o esperado pela própria dominação, pois também é espaço de luta, “o espaço é um produto social” (LEFEBVRE, 1991)

3. DISCUTINDO A INTERNET NO BRASIL

O Estado contemporâneo incluiu as TICs nas atividades do Estado, como: arrecadação, previdência, saúde, educação, assistência social, e hoje elas não podem ser executadas sem a ajuda dessas tecnologias para executar esses processos administrativos. Assim, o Estado promove a discussão sobre a Internet

A discussão Política resultou na criação do Projeto de Lei 2126 de 2011, o Marco Civil da Internet que ainda aguarda sua aprovação na Câmara. Ao ser sancionado, ele estabelecerá “os princípios, as garantias, os direitos e os deveres em relação ao uso da internet no Brasil” (LEMOS, 2013), pois “É uma lei extremamente avançada, que colocaria o Brasil como um dos líderes em um ambiente favorável à inovação na internet. O problema é que sua aprovação está demorando demais” (ibidem). Ela tão importante e necessária quanto a regulamentação da água, da luz, da moradia, e da telecomunicação, esta última com uma natureza semelhante em sua gênese com as TICs, porém aquelas já nasceram com regulamentações e leis específicas e essa só após seu uso, pois faz parte da

⁹ <http://www.gazetadopovo.com.br/tecnologia/conteudo.phtml?id=1336699&tit=Todos-os-numeros-da-internet-em-2012>



infraestrutura do Estado da mesma forma que. Muitos governos começaram a enxergar e se preocupar com o potencial da internet.

A construção de Marco Civil, se deu por meio de um processo colaborativo com a participação do Governo, da Sociedade Civil, dos Empresários e da academia, com audiências, seminários, palestras e consultas públicas, permitindo que qualquer cidadão pudesse participar. “Isso construiu um texto muito equilibrado e sofisticado, melhor do que a própria lei dos EUA ou da Europa. Só falta mesmo ser aprovado”, avaliou Lemos (2013). Houve também os Fóruns da Internet do Brasil, promovidos pela CGI.br, sendo o primeiro realizado em São Paulo em 2011 e o segundo realizado em Olinda em julho de 2012.

A gênese do marco foi a sociedade civil brasileira não querer deixar a possibilidade de que a primeira palavra do Congresso brasileiro sobre a internet fosse uma palavra criminalizadora, assim em 2009, durante o Fórum Internacional de Software Livre – FISL, a sociedade já se manifestava para que o governo em relação à internet promovesse a garantia de direitos.

O trabalho realizado garante uma legislação que contemple: respeito à liberdade de expressão, à neutralidade da rede, à privacidade do usuário, à guarda de registros, à responsabilidade civil de terceiros e à atuação do poder público. A ideia é garantir a circulação de conteúdos e a definição das responsabilidades dos provedores



de serviços. Nos EUA e na Europa já existe leis específicas para este tema.

Para Lemos, a legislação brasileira está atrasada não só em relação à Europa e aos EUA, mas também em relação aos demais países da América Latina. “Chile, Argentina, Colômbia, México e outros já fizeram suas leis análogas ao Marco Civil”, observou. “O desafio para a aprovação é que o Congresso perceba a importância do projeto para o país, algo que ainda não aconteceu”. (LEMONS, 2013)

O Brasil perdeu para o Chile, que já possuía legislação, um *data center* do Google, que traria 150 milhões de dólares em investimentos. Landes, já afirmava em entrevista para a Revista VEJA:

“Os países que tiveram a oportunidade de não apenas usar, mas também de melhorar as novas tecnologias estarão em posição de vantagem na nova economia. Foi esta capacidade que salvou os Estados Unidos depois de anos de estagnação. Os Estados Unidos apostaram na importância do que chamamos software.(...) Qualquer um pode aprender como fazer um computador. Ou você pode importar uma fábrica de hardware – correndo o risco de que ela se mude para o vizinho se ele oferecer trabalho mais barato (...) Por isso, é na área de software que os novos países devem fazer suas apostas atualmente”[LANDES, 2000].

Portanto, com o ciberespaço o Estado virtualiza os seus serviços ao cidadão, utilizando as NTCIs, a saber: caixas eletrônicos, e-mails, blogs, sites, e tantas outras aplicações no ambiente da internet e não o regulamenta. Impulsionado pelas tecnologias, cria mecanismos para interagir e facilitar a vida do cidadão e a da sua burocracia, coisificando as relações uma vez que esses mecanismos podem ser totalmente automatizados, não necessitando mais a relação face-a-face para obtenção de um serviço. A cada dia mais *“estamos na presença de uma nova noção de espaço em que o físico e o virtual se influenciam um ao outro, lançando as bases para a emergência de novas formas de socialização, novos estilos de vida e novas formas de organização social”* (Cardoso, 1998, p.116).

4. CONCLUSÃO

Assim vemos que a Tecnologia da Informação e da Comunicação é hoje de extrema importância para a economia, controle e inclusão social para o Estado, principalmente pela questão geográfica do nosso país.

Mesmo com todo o esforço feito para que o Estado regulamente a internet, até hoje a Câmara não votou o Projeto de Lei referente ao Marco Civil da Internet, devido aos políticos não compreenderem a sua importância. Ficamos portanto usando a Internet, sem uma regulamentação, sendo sujeitados a má prestação de serviços



pelos provedores, sem podermos ter em nosso país um Data center do porte da Google, por não ter Políticas Públicas e regulamentação para a Internet.

5. REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1997.

ARCHER, Claudia Maria da Costa. A burocracia e as tecnologias da informação e da comunicação no Brasil: a experiência do Software Livre, a partir de 2003 / Claudia Maria da Costa Archer – São Luís, 2008.

CARDOSO, Gustavo. Para uma sociologia do ciberespaço: comunidades virtuais em português. Oeiras, Portugal: Celta, 1998.

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede. 6a ed. São Paulo: Paz e Terra,

1999. CHESNAIS, Francois. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xanã, 1996.

FERRER, F.; SANTOS, P. (Org.). E-government: o Governo Eletrônico no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005.

<http://forumdainternet.cgi.br/>, acessado em julho de 2012 _

<http://www.gazetadopovo.com.br/tecnologia/conteudo.phtml?id=1336699&tit=Todos-os-numeros-da-internet-em-2012> , acessado em março de 2013

<http://www.governoeletronico.gov.br/governoeletronico/>, acessado em 24/05/2006

<http://www.internetworldstats.com/stats.htm>, acessado em maio de 2012. LANDES,

David. Entrevista às páginas amarelas da Revista Veja, 22/03/00.

LEFEVBRE, Henri. The Production of Space. Trad. Donald Nicholson-Smith. USA: Blackwell Publishing, 1991.

LEMOS, André. CIBERCULTURA: Alguns pontos para compreender a nossa época. In: LEMOS, André; CUNHA, Paulo (orgs). Olhares sobre a Cibercultura. Porto Alegre: Sulina, 2003; pp. 11-23 .

LEMOS, André. Reportagem sobre o Marco Civil da Internet tem impacto direto em como a cultura é produzida e acessada. <http://www.blogacesso.com.br/?p=5843>, acessado em 01.03.2013

LEVY, Pierre. Cibercultura. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOJKINE, Jean. A Revolução Informacional. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

LUKÁCS, Georg. Ontologia do Ser Social: A falsa e verdadeira ontologia de Hegel.



São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979. (Capítulo IV)

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. CASSINO, João.(org) Software Livre e Inclusão Digital.

São Paulo: Conrad, Ed. do Brasil, 2003.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu. ***Exclusão Digital: A Miséria na Era da Informação***". São

Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.